

## A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

*Emília Viotti da Costa*

### I. *A historiografia da República*

1. *Versões tradicionais* — É opinião corrente que a proclamação da República resultou das crises que abalaram o fim do Segundo Reinado: a questão religiosa, a questão militar e a abolição. Afirmam-se que a prisão dos bispos do Pará e de Pernambuco incompatibilizou a coroa com extensas camadas da população. A abolição por sua vez, indispsôs os fazendeiros contra o regime, levando-os a aderir em massa às idéias republicanas. Finalmente, a questão militar que se vinha agravando desde a Guerra do Paraguai, em virtude do descontentamento crescente dos militares em relação ao tratamento que lhes dispensava o govêrno, levou-os a tramar o golpe de 15 de novembro que derubou a Monarquia e implantou o regime republicano no país.

Alguns historiadores preocupam-se em apurar os verdadeiros intuits do marechal Deodoro, na manhã de 15 de novembro, chegando mesmo a afirmar que êle não tinha intenção de proclamar a República, pretendendo apenas forçar a substituição do ministério. Os que pensam dessa forma consideram decisiva a atitude de Floriano Peixoto e de alguns outros membros do exército que auxiliados por um punhado de civis converteram uma passeata militar num golpe contra o govêrno. Longe de corresponder às aspirações populares, a República não passaria de um mero golpe militar. A prova da escassa receptividade à idéia republicana, pretende-se encontrá-la no insignificante número de pessoas inscritas no partido republicano e na sua escassa penetração nos meios parlamentares. A proclamação da República teria sido facilitada pelo desprestígio que recaía sobre a Monarquia, em virtude das críticas que os próprios monarquistas lhe dirigiam. Em linhas gerais é essa a tese que Oliveira Viana expõe em sua obra sobre o Ocaso do Império (1).

Nem todos os historiadores, entretanto, aceitam essa versão. Alguns acham que a República é a consequência natural dos vícios do antigo regime. A monarquia fôra desde o início uma planta exótica na América.

A forma republicana de govêrno não chegara a se implantar no Brasil, por ocasião da Independência, por circunstâncias fortuitas.

(1) Oliveira Viana, *O Ocaso do Império*, São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1925.

A República correspondia a uma aspiração nacional, como revelaram os movimentos revolucionários ocorridos no país antes e depois da Independência.

Era pois natural que a ação do partido republicano, fundado em 1870, acabasse frutificando. Os excessos cometidos pela Coroa teriam contribuído, por sua vez, para o desprestígio da Monarquia e para o advento da República.

Analisando melhor as duas teses — as vêzes reunidas numa única explicação — verificamos que não passam de interpretações superficiais, limitando-se a reproduzir a opinião dos contemporâneos sobre o 15 de novembro. Utilizando documentos testemunhais os historiadores elaboraram uma crônica pouco objetiva dos fatos que culminaram com a proclamação da República, e muitos continuam a repeti-la ainda hoje. Sabemos, no entanto, como são deformados e incompletos os depoimentos dos que vivem um momento revolucionário, seja por interesse, seja por paixão, seja por ignorância, ou falta de informações exatas, seja pela dificuldade de abarcar o processo como um todo, nas suas múltiplas contradições.

Logo nos primeiros dias após à proclamação da República surgiram duas versões contraditórias a propósito do movimento: a dos monarquistas e a dos republicanos. Os primeiros, (2) idealizando a monarquia, consideravam a proclamação da república um acidente infeliz. Era-lhes impossível reconhecer deficiências profundas no regime monárquico. Recusavam-se a admitir que houvesse um motivo razoável para o movimento. Na sua opinião, tudo não passara de um golpe militar oriundo de interesses nem sempre justificáveis e até mesquinhos. Os republicanos, uma minoria pouco significativa no total do país, pleiteavam a mudança do regime, à revelia do povo e em benefício próprio. A república fôra fruto do descontentamento e da indisciplina dos militares que se aliaram aos fazendeiros ressentidos com a abolição da escratura. Essa é a versão dos monarquistas.

Os republicanos eram, sob certos aspectos, mais objetivos, embora tivessem também uma visão parcial, e nem sempre exata do movimento. Para êles a proclamação da República fôra a correção necessária dos vícios do regime monárquico: os abusos do Poder Pessoal, vitaliciedade do Senado, centralização exces-

---

(2) Visconde de Ouro Preto, *Advento da ditadura militar no Brasil*, Paris, 1851; Afonso Celso, *O Imperador no Exílio*, Rio de Janeiro, Francisco Alves.

siva, fraude eleitoral que possibilitava ao governo vencer sempre as eleições etc.. Correspondendo a uma aspiração nacional o movimento republicano teria uma força irresistível. Ao proclamar a República os militares seriam intérpretes do povo. Ao partido republicano e ao exército cabiam as glórias do movimento (3).

Alguns cronistas influenciados pelo positivismo, então em voga, consideraram a queda da Monarquia uma decorrência natural do processo histórico: o regime monárquico estando historicamente condenado, a República era o desenlace natural dos acontecimentos.

Tanto as crônicas dos republicanos quanto a dos monarquistas atribuíam grande importância à atuação dos personagens que se movimentavam na cena política e cujo desempenho era considerado fundamental para explicar os sucessos que culminaram na queda do regime monárquico. Benjamin Constant, Quintino Bocaiuva, Silva Jardim, Deodoro, Floriano, Visconde de Ouro Preto, a Princesa Isabel, o Conde d'Eu, o Imperador, são personagens importantes dessa história comprazendo-se os cronistas em analisar as inclinações, idiosincrasias, o prestígio, a habilidade ou inépcia de cada um.

Engajados diretamente nos acontecimentos que descreviam os cronistas raramente dispunham da perspectiva necessária à compreensão do processo, não indo em geral, além dos fatos mais conhecidos, não se preocupando em fazer uma análise objetiva dos acontecimentos. Os retratos que traçaram da Monarquia e do movimento republicano são diversos e contraditórios.

A medida que os anos passaram as versões primitivas continuaram a ser divulgadas pelos historiadores (4). Na década dos vinte, foram publicados uma série de trabalhos sobre o Império e a República. Mais de trinta anos se tinham passado desde a implantação do regime republicano e as crises numerosas que se manifestaram durante esse período obrigavam a revisão da

(3) Felício Buarque, *Origens Republicanas Estudos de Gênese Política*, Editora Edaqit, São Paulo, 1962.

Oscar d'Araujo, *L'idée Republicaine au Brésil*, Paris, 1893, Tip. Perseverança, Rio de Janeiro, 1890, pág. 136.

Suetônio, *O antigo Regime* (Homens e cousas da Capital Federal), Rio de Janeiro, 1896, págs. e apêndice.

Euclides da Cunha, *A margem da História*, 6.ª edição, Livreros Lello Irmãos Editores 1905 — (1.ª ed. — Pôrto, Lello, Rio de Janeiro, 1896, págs. e apêndice).

(4) Informações mais detalhadas sobre a historiografia da República Stanley Stein, *A historiografia do Brasil 1808-1889*, in *Revista de História*, Vol. XXIX, n.º 50, págs. 81 a 133, São Paulo, Julho-Setembro 1964.  
Emília Viotti da Costa, *Sobre as origens da República*, *Anais do Museu Paulista*, Tomo XIX, 1965.

História. A República revelava tôdas as suas contradições. Diante do quadro pouco animador oferecido pela realidade presente, uns procuraram encontrar no passado as raízes dos males presentes, outros, idealizando o passado, consideraram a República o ponto de partida de todos os males. Os historiadores desta geração começaram a atribuir aos próprios monarquistas a responsabilidade do sucedido (5). As versões tradicionais foram, não obstante, mantidas nas grandes linhas.

A partir de 1930, quando se inaugurou um nôvo período da vida política do país, a história da República passou a ser vista de forma inteiramente nova. A crise de 1929 e a consequente desorganização da economia cafeeira suporte do Império e da primeira república, o processo de industrialização, a urbanização com seu cortejo de influências, a ascensão lenta mas progressiva da classe média, a formação do proletariado, os progressos do capitalismo industrial, modificaram a perspectiva do historiador. Sob certo aspecto era um nôvo Brasil que cada um tinha diante de si e era natural que se começasse a encarar o passado sob ângulos novos.

2. *O revisionismo na historiografia da República* — O desenvolvimento dos estudos de história econômica, o aparecimento de monografias sôbre o movimento republicano, ofereceram novos subsídios para interpretação do movimento de 1889. Os historiadores tentaram fazer uma análise mais objetiva dos acontecimentos, partindo de uma nova problemática e recorrendo a novas fontes de informação. Abandonando as versões subjetivas dos testemunhos procuraram explicar a queda da monarquia pela inadequação das instituições vigentes ao progresso do país.

Segundo as novas interpretações o regime monárquico revelando-se incapaz de resolver os problemas nacionais a contento, a começar pela emancipação dos escravos, de cuja solução dependia o desenvolvimento da nação, perdera prestígio sendo derrubado por uma passeata militar (6). A proclamação da República é o resultado portanto de profundas transformações que se vinham operando no país. A decadência das oligarquias tradicionais, ligadas a terra, a abolição, a imigração, o processo de

(5) Oliveira Vianna, *Ocaso do Império e Pandiá Calógeras, Formação Histórica do Brasil*, São Paulo, C. E. Nacional, s. d., José Maria dos Santos, *A Política Geral do Brasil*, São Paulo 1930. Numa linha inteiramente nova para o seu tempo — Vicente Licínio Cardoso, *A margem da República*, in A. Carneiro Leão, *A Margem da História da República*, Ideias, Crenças, Afirmações, Inquérito por escritores da geração nascida com a República.

(6) Caio Prado Jr., *Evolução Política do Brasil*, S. Paulo, 1933.

industrialização e urbanização, o antagonismo entre zonas produtoras, a campanha pela federação contribuíram para minar o edifício monárquico e para deflagrar a subversão. Os setores mais progressistas, eliminando o trabalho escravo, esposando relações capitalistas de produção, ansiando por reformas opunham-se aos setores estacionários e retrógrados que apoiavam a monarquia e eram apoiados por ela. Interessados em monopolizar o aparelho do Estado os grupos progressistas deram acolhida às idéias mais avançadas: a abolição, reforma eleitoral, federação e finalmente república. Ao lado do núcleo progressista das classes rurais, colocaram-se as classes médias, desejosas de participação política, igualmente favoráveis a mudanças de regime. A República resultou assim, da aliança entre grupos ativos da classe média e representantes do setor mais dinâmico da classe senhorial. O exército identificado com os interesses da classe média realizou a mudança do regime que deixara de atender às necessidades de parcelas importantes da sociedade (7).

As novas interpretações do movimento de 1889 deixam no segundo plano os personagens e os episódios que tanto pareciam impressionar os cronistas e procuram explicar o movimento como resultante da inadequação do quadro institucional existente à nova realidade social e econômica que se instalara progressivamente no país, a partir de 1870 (8).

Nem todos os historiadores, entretanto, aceitam essa interpretação e ainda recentemente Heitor Lyra, num trabalho exaustivo sobre a Queda do Império (9) manteve, em linhas gerais, a perspectiva tradicional, fazendo-lhe apenas algumas correções. Faltam estudos sistemáticos e de conjunto sobre a questão e as versões tradicionais continuam repetidas na maioria dos manuais didáticos.

Na análise dos acontecimentos históricos, entretanto, é preciso ir além dos fenômenos aparentes, que são observados e registrados pelos contemporâneos. As grandes transformações que subvertem a estrutura econômica e a ordem social são às vezes silenciosas e passam despercebidas aos olhos dos contemporâneos, ou são vistas de maneira parcial e deformada. O

(7) Nelson Werneck Sodré, *Panorama do Segundo Império*, S. Paulo, C. Ed. Nacional, 1935. *Formação da Sociedade Brasileira*, Rio, José Olímpio, 1944.

(8) Leoncio Basbaum, *História Sincera da República*, Rio de Janeiro, Livraria S. José 1957 (2.<sup>a</sup> ed., S. Paulo, Edições L. B., 1961).

do tráfico.

(9) Heitor Lyra, *História da Queda do Império*, S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, 2 vols., 1964.

que parece relevante para os que vivem o momento histórico é em geral o que pode ser facilmente observado: as ações individuais, os conchavos denunciados, os episódios mais flagrantes, as intrigas mais conhecidas.

O testemunho, mesmo quando lúcido e esclarecido, tende a personalizar o fato social parecendo ignorar que o homem é bitolado pela realidade social dentro da qual êle vive. O cronista, por sua vez, freqüentemente se esquece que para compreender a atuação do personagem é preciso conhecer as motivações, as limitações e as possibilidades que a realidade lhe oferece. Cabe ao historiador analisar os acontecimentos à luz da realidade mais ampla tendo em mente que, se para a compreensão do comportamento individual é suficiente, as vêzes, conhecer as idéias pessoais, as simpatias e idiosincrasias de cada um, isso não basta para esclarecer a história, pois para compreendê-la é preciso levar em consideração o processo dentro do qual se insere a ação individual.

Nenhuma revolução é feita em nome de idéias que não tenham alguma receptividade e as razões que explicam porque certas idéias surgem ou vencem em determinado momento, só podem ser entendidas quando se analisa a realidade vivida pelos homens que lutam a favor ou contra elas.

É menos importante para compreensão da instalação da República no Brasil conhecer as inclinações pessoais do Marechal Deodoro e de Benjamin Constant do que analisar as contradições existentes na sociedade que propiciaram a penetração das idéias republicanas em certos meios conduzindo a monarquia ao colapso e permitindo aos homens atuar de determinada maneira.

A maioria dos depoimentos utilizados pelos que escreveram a história da Proclamação da República nos primeiros anos que se sucederam ao acontecimento, não fornece elementos para êsse tipo de análise. Para tanto é preciso mudar o enfoque e procurar uma documentação que informe sôbre as tensões econômicas e sociais existentes nos fins do Segundo Reinado. É preciso conhecer as mudanças que se operam na sociedade e que propiciaram a solução revolucionária e o golpe. Só uma análise dêsse tipo permite compreender a situação dos indivíduos e sua atuação.

Os estudos que tem sido publicados últimamente sôbre a situação econômica, social e política do Império, permitem-nos fazer, desde já, uma série de reparos às versões correntes, eliminando certos mitos que se forjaram ao sabor das lutas políticas

e sociais e que foram incorporados à história, sob a roupagem da erudição.

## II *Reparos às versões tradicionais*

### 1. *Abolição e República*

Afirma-se freqüentemente que a abolição provocou a queda da Monarquia porque os fazendeiros que até então tinham apoiado o Império aderiram, por despeito ou vingança, à República. Tal idéia começou a circular antes mesmo da assinatura da Lei Áurea. Figurava entre os vaticínios sombrios dos escravistas que auguravam catástrofes inauditas caso a abolição chegasse a concretizar-se. Por ocasião da abolição não faltou quem vaticinasse que decretando a emancipação do escravo a Princesa perderia o trono. A impressão reforçou-se com o passar do tempo, pois os fatos pareceram confirmá-la. Não faltou, entretanto, já na época, quem encarasse o problema de maneira diversa. Aristides Lobo, num artigo publicado no Diário de S. Paulo, em maio de 1888, considerava a Lei Áurea uma tentativa de salvar a coroa. No seu entender, a Princesa tivera a sabedoria “de acudir a um incêndio que começava a arder nas proximidades do trono”. A impressão dominante entretanto era que a abolição provocaria a Queda do Trono.

Em julho de 1889 poucos meses antes da proclamação da República, Joaquim Nabuco, observando a agitação que dominava o país dizia, na Câmara dos Deputados, que a fôrça dos republicanos provinha do descontentamento causado pela Abolição. Outros cronistas manifestaram-se da mesma maneira. A partir da proclamação da República tornou-se comum dizer que a abolição provocou a Queda da Monarquia, pelo descontentamento que gerou entre os fazendeiros. Essa idéia nascida da apreciação superficial e apressada dos fatos é apenas em parte verdadeira.

Na realidade, o que se passou foi que a abolição veio dar o golpe de morte numa estrutura colonial de produção que a custo se mantinha frente às novas condições surgidas no país, a partir de 1850.

A classe senhorial ligada ao modo tradicional de produção incapaz de se adaptar às exigências de modernização da economia foi profundamente abalada. Ela representara até então o alicerce da monarquia. Com a lei áurea a monarquia enfraqueceria suas próprias bases. “A nova oligarquia que se for-

mava nas zonas pioneiras e dinâmicas, onde se modernizavam os métodos de produção, assumiria liderança com a proclamação da República federativa que viria realizar os anseios de autonomia que o sistema monárquico unitário e centralizado não satisfazia”.

A abolição não é propriamente causa da República, melhor seria dizer que ambas: abolição e república, são sintomas de uma mesma realidade; ambas são: repercussões, no nível institucional, de mudanças ocorridas na estrutura econômica do país que provocaram a destruição dos esquemas tradicionais. O mais que se pode dizer é que a abolição, abalando as classes rurais que tradicionalmente serviam de suporte ao trono precipitou sua queda. Se houve casos de fazendeiros que aderiram ao movimento Republicano por vingança foram casos isolados que não podem explicar o fim da monarquia <sup>(10)</sup>.

É preciso notar ainda que a abolição afetou apenas os setores que se mantinham apegados ao trabalho escravo e estes, na década dos oitenta, constituíam a parcela menos dinâmica do país, pois os setores mais progressistas já se preparavam para utilização do trabalho livre <sup>(11)</sup>. Continuavam apegados ao trabalho servil apenas os fazendeiros das áreas decadentes, rotineiras impossibilitadas de evoluir para as novas formas de produção.

## 2. *A questão religiosa*

Assim como se tem sobrestimado o papel da Abolição na proclamação da República, o mesmo se tem feito em relação à questão religiosa, esquecendo-se que ela dividiu a nação em dois grupos: os que eram favoráveis aos bispos e os que se manifestavam de acordo com o governo. A própria Igreja estava dividida, havendo vários padres e irmãos maçons e foi exatamente esse fato que desencadeou a crise. Por outro lado a interferência do Estado na Igreja não constituía fato novo, tendo uma longa tradição desde o período colonial.

Os republicanos, como os demais, estiveram divididos em face da questão religiosa: uns eram favoráveis aos maçons, outros aos bispos e por isso, indiretamente, os primeiros apoiavam

(10) Emília Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia*, S. Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.

(11) Heitor Lyra, *História da Queda do Império*, op., cit.

a política do Governo. Grande número de republicanos, era o que se chamaria na época livre pensador, denotando mesmo certa hostilidade a tudo que lembrasse Igreja e clero. No programa do partido republicano constava a plena liberdade de cultos, perfeita igualdade de todos os cultos perante a lei, abolição do caráter oficial da Igreja, sua separação do Estado e emancipação do poder civil pela supressão dos privilégios e encargos temporais outorgados a seus representantes, ensino secular separado do ensino religioso, constituição do casamento civil, sem prejuízo do voluntário preenchimento das cerimônias religiosas conforme rito particular dos cônjuges, instituição do registro civil de nascimento e óbitos, secularização dos cemitérios e sua administração pelas municipalidades.

A sociedade brasileira não se destacava por um espírito particularmente clerical. Muito ao contrário, o que se verificava nos meios mais ilustrados era uma afetação de indiferença e certo anti-clericalismo, vigente mesmo nos meios católicos. A tradição voltairiana parecia ter deitado sólidas raízes. Havia políticos que se compraziam em afirmar sua independência de espírito. Vendo com maus olhos as veleidades da Igreja, apoiavam o Governo. Por outro lado, era de todos conhecida a religiosidade da Princesa Isabel. A inclinação religiosa da princesa servia aliás de argumento aos republicanos para combatê-la (12).

É exagêro supor que a questão religiosa que indispôs momentâneamente o trono com a Igreja foi dos fatores primordiais na proclamação da República. Para que isso acontecesse era preciso que a nação fôsse profundamente clerical, a Monarquia se configurasse como inimiga da Igreja e a República significasse maior força e prestígio para o clero. De duas uma, ou a nação estava a favor dos bispos e contra D. Pedro e então a perspectiva de substituição do Imperador pela Princesa, seria vista com bons olhos em virtude de suas conhecidas ligações com a Igreja; ou a nação era pouco simpática aos bispos e nesse caso se solidarizaria com a Monarquia e a questão religiosa em vez de prejudicá-la teria reforçado o seu prestígio. De qualquer maneira a questão religiosa não poderia contribuir de maneira preponderante para a queda da monarquia. Quando muito, revelando o conflito entre o poder Civil e o poder Religioso contribuiria para aumentar o número dos que advogavam a necessidade de Separação da Igreja do Estado e assim indiretamente

---

(12) Veja por exemplo Silva Jardim, *A Pátria em Perigo* (Bragança e Orleans), Conferência, realizada na cidade de Santos em a Noite de 28 de Janeiro de 1888.

favoreceria o advento da República que tinha essa norma como objetivo.

Também não parece exato dizer que o clero identificando-se com o povo onde êle era recrutado estava sempre solidário com os anseios populares manifestando a sua rebeldia aderindo as idéias liberais e colocando-se contra a Monarquia (13), pois na realidade o clero sempre esteve dividido e em certas questões como no caso da abolição, manteve-se ao lado das camadas dominantes e não ao lado do povo. Havia no Império padres republicanos como o padre João Manuel e padres monarquistas, como muitos outros e a Igreja muito pouco tem a ver com a instalação da República.

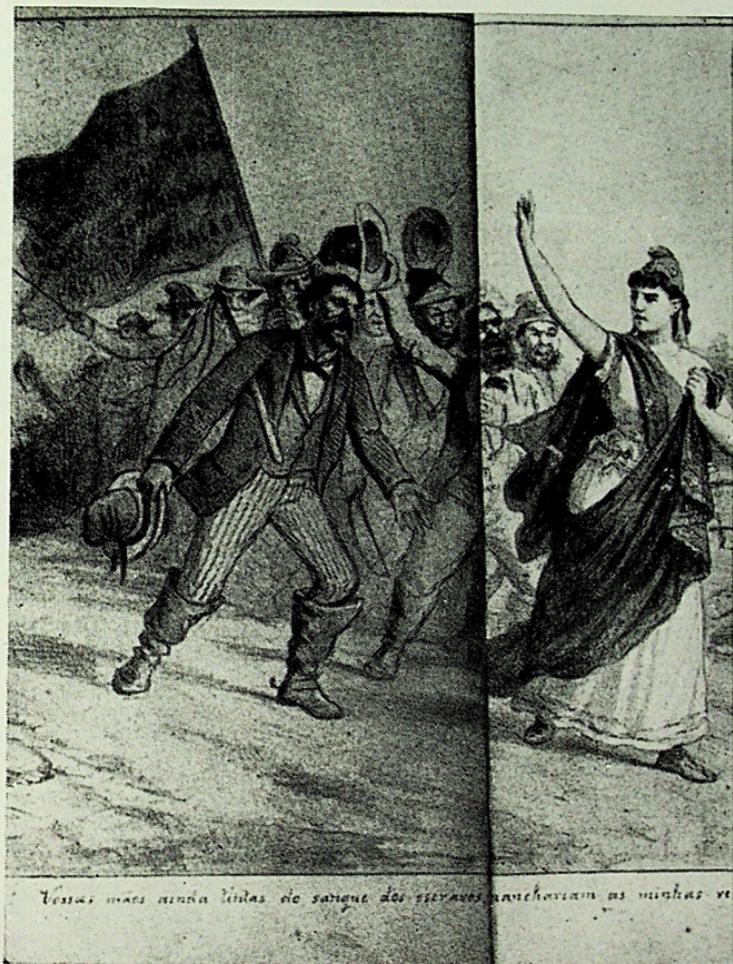
### 3. *O partido Republicano e a proclamação da República*

Também não se pode superestimar o papel do partido republicano. Embora difundido por todo o país êle não contava grande número de adeptos, com exceção dos núcleos de São Paulo, Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. A prova de sua escassa penetração está não só no pequeno número de inscritos nos quadros do partido como na dificuldade encontrada pelos republicanos em apresentar candidatos próprios e vencer eleições. É evidente que êsses fatos por si só não bastam para dar uma idéia da real penetração das idéias republicanas no país. Primeiramente, porque é compreensível que os republicanos encontrassem dificuldades em ganhar eleições, uma vez que o sistema eleitoral vigente baseado num critério censitário, excluía boa parte da população do direito de voto. As vésperas da República o eleitorado representava uma parcela mínima da nação, pouco mais de um e meio por cento (1,5%). Por outro lado, a fraude eleitoral contribuía para desnaturar os resultados das eleições. Apesar dos obstáculos, o partido republicano conseguiu controlar em São Paulo 1/4 do eleitorado.

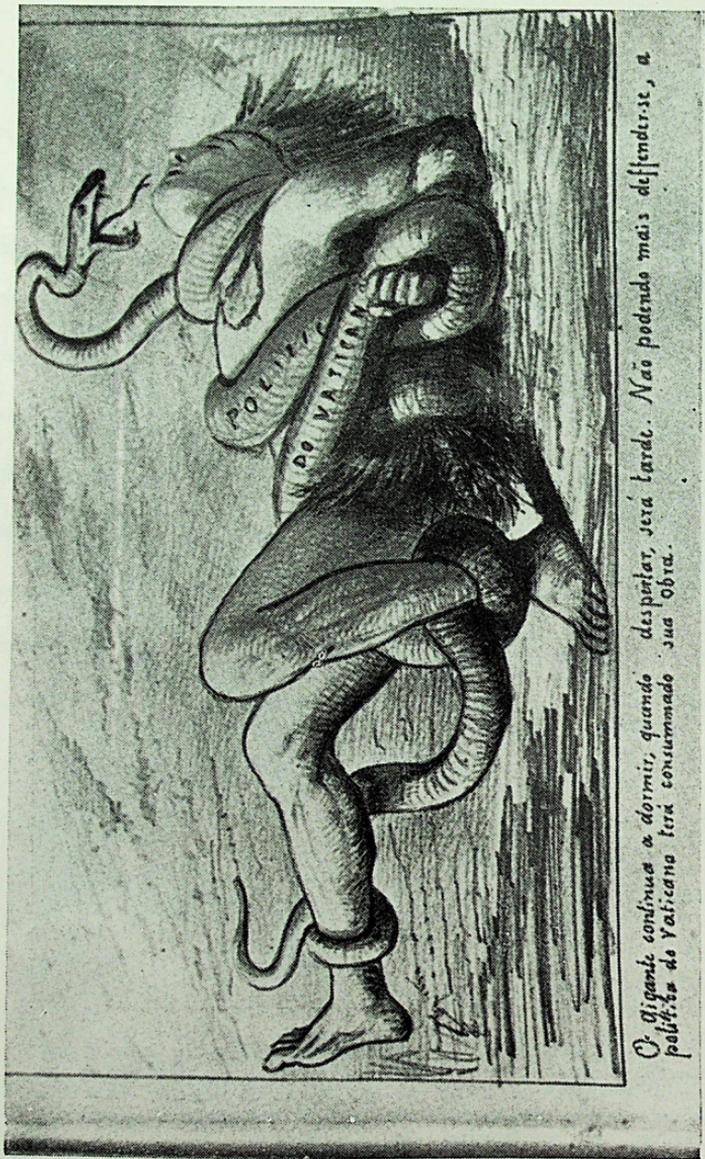
O fato de constituir uma minoria não significa entretanto que os republicanos não exercessem um papel significativo no movimento, pois minorias ativas e organizadas sempre foram fatores primordiais em movimentos revolucionários, desde que exista disponibilidade estrutural, isto é um mínimo de condições favoráveis ao desencadeamento da ação revolucionária. O que

---

(13) Nelson Werneck Sodré, *Formação Histórica do Brasil*, S. Paulo, Editora Brasileira, 1962, pág. 272.



Publicada a 9 DE JUNHO DE 1888, menos de um mês após a Emancipação dos Escravos, esta caricatura aludia a adesão dos fazendeiros ao movimento Republicano. Fruto da observação superficial, este fato foi posteriormente considerado por alguns historiadores como um dos motivos da proclamação da República.



*O Gigante continua a dormir, quando despertar, será tarde. Não podendo mais desfeindre-se, a Política do Vaticano terá consummado sua obra.*

Publicada na REVISTA ILUSTRADA EM 14 DE OUTUBRO DE 1876, esta caricatura revela pouca simpatia com que foram vistas, em certos meios republicanos, a questão religiosa e a politica do Vaticano.

é preciso é verificar o grau de organização dessas minorias e as condições existentes para a ação revolucionária.

Era de fato pequeno o número dos elementos incritos nos quadros do partido republicano, mas existiam muitos indivíduos que embora não dessem sua adesão formal ao partido, poderiam ser considerados “simpatizantes”, encarando com bons olhos a perspectiva de se adotar no país a forma republicana de governo.

A propaganda desenvolvida pelo partido em comícios, conferências e principalmente através da imprensa contribuiu para criar em certos meios, particularmente nos meios intelectuais uma opinião pública favorável à idéia Republicana (14).

As idéias republicanas não constituíam aspecto novo no país. No período colonial elas representavam a bandeira da emancipação. Feita a Independência passaram a significar a negação da situação vigente.

O fato das idéias republicanas só se concretizarem em 1889 só pode ser explicado pelas mudanças ocorridas na estrutura econômica e social do país que levaram uma parcela da nação a se converter às idéias republicanas e outra a aceitar com indiferença a queda da monarquia. Só uma crise das instituições monárquicas e a conseqüente falta de bases do regime explicaria a debilidade da reação monarquista após o 15 de novembro. Sem as mudanças ocorridas na estrutura, o partido republicano provavelmente não teria conseguido atingir os seus objetivos.

#### 4. *O papel do exército*

A proclamação da República não é um ato fortuito, nem obra do acaso como chegaram a insinuar os monarquistas, não é tão pouco o fruto inesperado de uma parada militar. Os militares não foram meros instrumentos dos civis, nem foi um ato de indisciplina que os levou a liderar o movimento da manhã de 15 de novembro como tem sido dito as vezes. Alguns deles tinham sólidas convicções republicanas e já vinham conspirando há algum tempo, sob a liderança de Benjamin Constant, Serzedelo Correia, Solon e outros. Imbuídos de idéias republicanas estavam convencidos que resolveriam os problemas brasileiros liquidando a monarquia e instalando a República.

(14) Essa é a tese de George C. A. Bohrer — *Da Monarquia A República — História do partido Republicano do Brasil (1870-1889)*, Ministério de Educação e Cultura Serviço de Documentação (1954).

A idéia de que aos militares cabia a salvação da pátria generalizara-se no exército a partir da guerra do Paraguai, a medida que o exército se institucionalizava.

É claro que os militares estiveram em todos os tempos divididos entre várias opções e seria um grande equívoco imaginá-los como um todo.

A idéia republicana contava, ao que parece, maior número de adesões entre os oficiais de patentes inferiores e alunos da Escola Militar, enquanto a Monarquia tinha o apóio dos escalões superiores.

A infiltração do pensamento positivista nos meios militares explica em parte a sua adesão à República. É preciso lembrar, entretanto, que não se trata do positivismo ortodoxo, pois mesmo Benjamin Constant, considerado um dos principais representantes do pensamento positivista no exército não pode ser considerado um positivista ortodoxo. O fato do Apostolado ter um pequeno número de inscitos não impediu entretanto que as idéias positivistas exercessem uma poderosa influência na sociedade (15).

Superestimar o papel do exército na proclamação da República, como fez toda a tradição monarquista desde os primeiros tempos, é esquecer as contradições profundas que abalavam o regime e que possibilitaram o sucesso do golpe.

## 5. *O mito do Poder Pessoal*

Igual equívoco cometem os que consideram a República consequência necessária dos excessos do Poder Pessoal, e que para demonstrar sua tese referem-se às críticas que lhe foram feitas nos últimos anos do Império.

Na realidade, as críticas à coroa e ao Imperador datavam de muito tempo e nem porisso o trono foi derrubado antes.

A idéia de que o Imperador usou e abusou do Poder Pessoal originou-se da luta que se travou em torno do Poder Moderador, concedido ao Imperador pela carta constitucional de 1824.

---

(15) João Cruz Costa, *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, Rio de Janeiro, 1956, *idem*, *O Positivismo na República*, S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1956.  
Ivan Lins, *História do Positivismo no Brasil*, S. Paulo, C. E. Nacional, 1964.

Segundo a carta as atribuições e privilégios do Poder Moderador eram vários <sup>(16)</sup>: podia nomear senadores, convocar extraordinariamente, adiar, prorrogar e até mesmo dissolver a Assembléa Geral, convocando uma nova, sancionar decretos e resoluções da Assembléa para que tivessem força de lei, nomear e demitir livremente os Ministros de Estado (o que posteriormente se modificou com a criação do Presidente do Conselho) suspender os magistrados, perdoar e moderar as penas impostas aos réus condenados por sentença, conceder anistia. A êsse poder somavam as várias atribuições do poder executivo, entre as quais: convocar a nova Assembléa Geral, nomear bispos e prover os benefícios eclesiásticos, nomear magistrados, prover emprêgos civis e políticos, nomear embaixadores e agentes diplomáticos e comerciais, nomear e remover comandantes de força de terra e mar, dirigir as negociações políticas com as nações estrangeiras e fazer tratados de aliança ofensiva e defensiva de comércio, só os levando ao conhecimento da Assembléa depois de concluídos, a não ser que sendo concluídos em tempo de Paz, envolvessem cessão ou troca de território do Império ou de possessões a que o Império tinha direito (o que tornaria necessário para sua aprovação a ratificação da Assembléa Geral). Cabia ainda ao poder executivo declarar guerra e paz, participando suas decisões à Assembléa. Conceder cartas de naturalização, títulos, honras, ordens militares, distinções em recompensa de serviços feitos, dependendo apenas da Assembléa as mercês pecuniárias, quando não estivessem designadas e taxadas por lei. Era ainda função do executivo expedir decretos e instruções, regulamentos adequados à boa execução das leis, decretar a aplicação dos rendimentos destinados aos vários ramos do poder público, conceder ou negar o beneplácito aos decretos dos concílios e Letras Apostólicas ou quaisquer outras constituições eclesiásticas e finalmente prover tudo que fôsse concernente a segurança interna e externa do Estado.

Como se vê o Imperador gozava juridicamente de um poder quase absoluto, podendo intervir no legislativo, no judiciário, além de exercer as funções do executivo dividindo-as apenas com os ministros que eram seus executores, reservando-se, entretanto, o direito de demiti-los quando desejasse e chamando quem bem entendesse, para formação do ministério.

Na realidade, a própria carta constitucional limitava o poder, e pouco a pouco, ao longo do Império, as prerrogativas im-

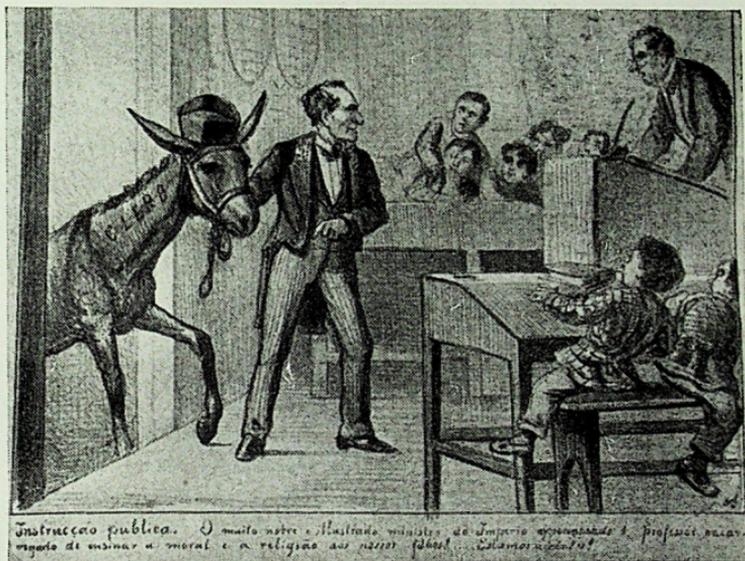
(16) Índice Cronológico explicativo e remissivo da Legislação Brasileira de 1822 até 1848 pelo bacharel Antonio Manoel Fernandes, Niterói, Tipografia Nictheroyense, 1849.

periais foram restringidas. Uma análise das prerrogativas que usufruíam os demais poderes e, principalmente, a observação do funcionamento concreto do mecanismo político do Império modifica a primeira impressão e nos convence de que o Imperador raramente fez valer sua vontade nos assuntos de envergadura nacional. Quem de fato controlou a política do Império foram as oligarquias que se faziam representar no Conselho de Estado, nas Assembléias Legislativas Provinciais, nas Câmaras dos Deputados, no Senado, nos Ministérios, nos quadros do funcionalismo, e das forças armadas. Embora as prerrogativas concedidas pela Carta Constitucional ao Imperador fôsem amplas êle de fato nunca as exerceu como um rei absoluto, como fazem crer as críticas que lhe foram feitas por ocasião das crises políticas, e as quais os cronistas mais tarde deram crédito.

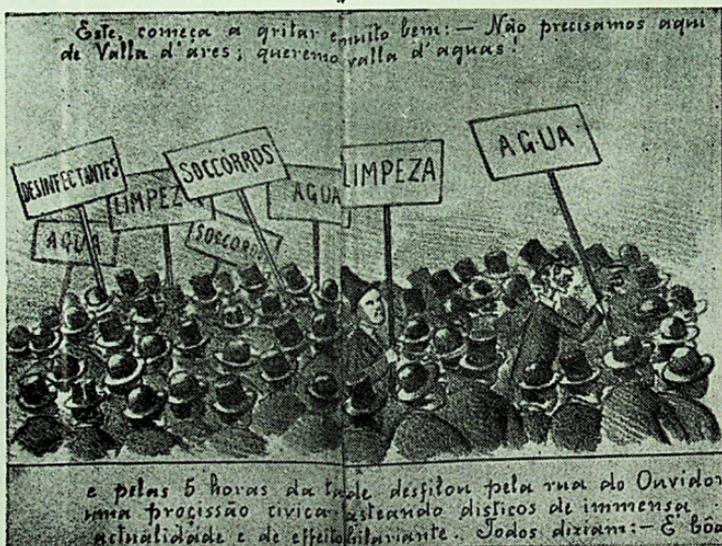
A verdade é que o mecanismo do Poder Moderador, tal como foi aplicado no Brasil, em vez de resguardar a coroa e lhe dar mais força, colocou-a diretamente no centro da luta política.

O direito que tinha o Imperador de dissolver a Câmara e chamar os ministros que lhe parecessem convenientes convocando novas eleições, ao lado da prática eleitoral que, em virtude de fraude, parecia firmar o princípio de que o govêrno nunca perde as eleições, provocavam atritos, descontentamentos e animosidade em relação a Coroa, tôdas as vêzes que ela exercitava suas prerrogativas. Se o Imperador dissolvia a Câmara e os conservadores eram afastados do govêrno, moviam intensa campanha contra o Poder Pessoal. O mesmo sucedia quando os liberais eram afetados por idêntica intervenção. Se o Imperador escolhia um senador conservador, os liberais protestavam contra as "exorbitâncias" do poder pessoal, se escolhia um liberal repetia-se o quadro. Os êrros dos ministros recaíam sôbre o Imperador, ao contrário do que teoricamente deveria acontecer no regime monárquico parlamentar. Os atritos deram origem à lenda do Poder Pessoal.

Não se pode atribuir ao Imperador a orientação eminentemente agrária imprimida à vida econômica do país durante o seu govêrno, assim como não se pode também responsabilizá-lo pela inexpressividade do corpo eleitoral, e a permanência de uma sociedade patriarcal e escravista. Não foi o Imperador quem promoveu a abolição, nem a reforma eleitoral ou qualquer outra transformação importante que se operou durante seu govêrno. A estrutura econômica e social do país conferia às oligarquias um imenso poder e o Imperador que se caracterizou por uma certa teimosia em relação a pequenas questões,



Esta caricatura apareceu a 9 DE DEZEMBRO DE 1876 na REVISTA ILUSTRADA evidencia o espirito anti-clerical que a inspirou.



A caricatura publicada na REVISTA ILUSTRADA a 10 DE MARÇO DE 1889 fazia alusões ao Comício de Lopes Trovão realizado no Rio de Janeiro, a despeito da perseguição da policia, reunindo uma grande massa popular que reivindicava, entre outras coisas, a solução de problemas urbanos.

procurou sempre, diante dos problemas nacionais, auscultar as oligarquias (17).

As vicissitudes do Poder Moderador não são suficientes para explicar o advento da República. Não foi preciso esperar a década dos oitenta para surgirem críticas ao Poder Pessoal. Muito antes dessa época, elas já tinham assumido o tom agressivo dos ataques dirigidos à Coroa às vésperas da República. Há trinta anos, pelo menos, desde a crise do Gabinete Zacarias, o Poder Pessoal vinha sendo alvo de reiterados ataques (18). Porque só em 1889 proclamava-se a República? Porque só então as idéias republicanas existentes há mais de um século conseguiam se concretizar. Quais as transformações que se operam na sociedade propiciando a mudança do regime? Quais os grupos sociais que serviram de base à monarquia? Como foram afetados pelas mudanças? Quais os grupos novos? Como atuam, quais suas aspirações e conflitos? Quais são finalmente, os elementos que compõem os quadros do partido Republicano?

### III *Dados para uma Revisão*

#### 1. *Transformações econômicas e sociais*

Durante o longo reinado de Pedro II profundas mudanças ocorreram na economia e sociedade brasileiras.

As primeiras ferrovias vieram substituir, pouco a pouco, em certas áreas, os meios de transportes tradicionais: o lombo de burro, o carro de boi e a barçaça. Ao findar-se o Império, o Brasil possuía cerca de 9.000 kms. de estradas de ferro. A rede ferroviária, embora reduzida era suficiente para revolucionar em certas regiões o sistema de transporte e a produção. Por outro lado igualmente importante foi a progressiva substituição

(17) Em 1861 Tavares Bastos criticava os que viam no Governo Pessoal o maior vício do país. "Falar de Governo pessoal numa monarquia representativa é antes de tudo uma inverossimilhança, porque nela é isto impossível. Com efeito o sistema que nos rege é o da soberania nacional, isto é do país pelo país", escrevia Tavares Bastos, acrescentando mais adiante: "Além de impossível, isso de governo pessoal é uma visão. Aponte-me os casos em que o príncipe que atualmente conduz os nossos destinos tenha excedido os limites de um imperador constitucional. Se designa esta ou aquela despacho, esta ou aquela escolha de senador, eu vos recordo que tais atos não são lavrados por membros de gabinetes fortes, e, se algum existe decretado apesar seu, peço-vos que vos indignéis contra a subserviência dos ministros eunucos" (Tavares Bastos — *Os males do Presente e a Esperança do Futuro*, Rio, C. Ed. Nacional, 1939).

(18) Afonso d'Albuquerque Mello, *A liberdade do Brasil, seu nascimento, vida, morte e sepultura*, Recife, 1864. Veja-se muito antes, o *Libelo do Povo de Timandro* in R. Magalhães Jr., *Três Panfletários do Segundo Reinado*, S. Paulo, C. Ed. Nacional, 1956, pág. 61 e seq.

dos barcos a vela, que faziam a navegação costeira até meados do século, pelos barcos a vapor.

Introduziram-se processos mais modernos no fabrico de açúcar e apareceram aqui e lá engenhos que se distinguiam dos banguês pelo aspecto moderno de suas instalações. Nas fazendas de café do Oeste Paulista, zona pioneira e dinâmica, introduziram-se processos mais aperfeiçoados no beneficiamento do café, aumentando a produtividade.

O capitalismo industrial esboçou seus primeiros passos. Em pouco mais de dez anos o número de indústrias passou de 175, em 1874, para mais de seiscentas. Eram empresas ainda pequenas e modestas, na sua maioria, mais significavam já uma profunda transformação na economia e na sociedade.

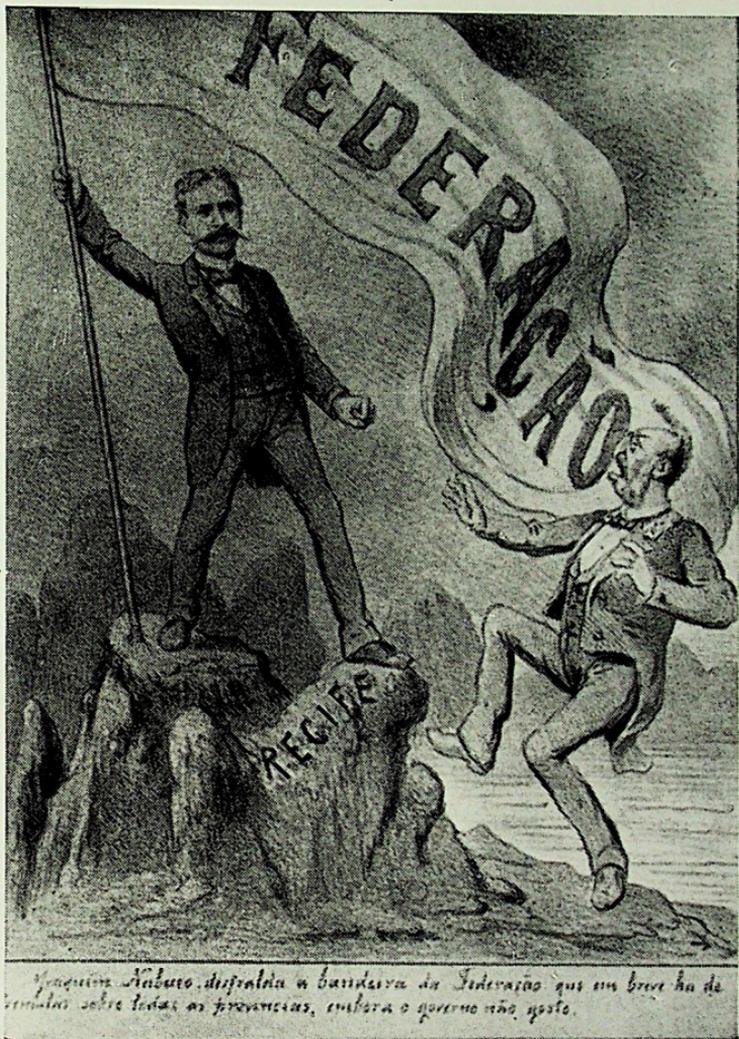
Os organismos de crédito multiplicaram-se. O sistema escravista entrou em crise, solapado pelas novas condições econômicas, que a revolução industrial criara no campo internacional, e pelas mudanças ocorridas na economia brasileira. O trabalhador livre começou a substituir o escravo. Nas áreas cafeeiras mais dinâmicas encontrou-se na imigração a solução para o problema da mão de obra.

A economia brasileira tornou-se mais diversificada e complexa. A população passou de pouco mais de três milhões em 1822, para cerca de quatorze milhões na década dos oitenta. Concomitantemente às transformações econômicas assistiu-se em certas regiões a um fenômeno de urbanização.

Esboçava-se a formação de um mercado interno. Surgiam perspectivas de novos empreendimentos. A agricultura não era mais o único empreendimento possível. Os capitais começavam a ser aplicados em outros setores: construção de vias férreas, organização de instituições de crédito, estabelecimentos industriais, principalmente no campo da fiação e tecelagem.

#### a) *Os novos grupos*

As transformações econômicas afetavam profundamente a sociedade. Criavam-se novos interesses, frequentemente diversos dos tradicionais. Os grupos ligados à incipiente indústria pleiteavam a proteção do Governo. Em 1882, a Associação Industrial, organizada no Rio de Janeiro, lançou um manifesto, redigido por Felício dos Santos afirmando que o país só se poderia libertar da instabilidade e dos riscos da economia monocultora se desenvolvesse a indústria. Só assim seria possível



*Quando Nóbrega desfralda a bandeira da Federação que em breve ha de circular sobre todas as provincias, embora o governo não queira.*

A gravura publicada na REVISTA ILUSTRADA EM 1889 faz alusão à reação de Ouro Preto, chefe do Gabinete, diante do fato de um dos representantes do seu próprio partido, o partido liberal, levantar a Bandeira da Federação que Ouro Preto não incluira como um dos objetivos do programa de Reformas.

ESTA ILUSTRADA EM 1888 faz alusão á  
do Gabinete, diante do fato de um dos  
partido, o partido liberal, levantar a  
no Ouro Preto não incluir como um dos  
Reformas.

diminuir a importação, aliviar a balança comercial e alcançar a independência econômica. Para isso, entretanto, era preciso o apoio governamental. Fomentar a produção industrial através de todos os meios era o que pleiteavam os empresários. Tais aspirações, entretanto, nem sempre encontravam boa acolhida nos setores agrários que tinham ampla representação no Parlamento.

Ao lado das categorias ligadas aos empreendimentos industriais, surgiam outros grupos representantes do que se poderia chamar a pequena e média burguesia <sup>(19)</sup>. Tratava-se de elementos ligados a atividades mercantis, às profissões liberais, à administração pública, aos meios de transporte, aos bancos, etc., cujo número crescia progressivamente dando origem a uma população urbana. A maioria gravitava na órbita dos senhores rurais, aos quais não só se ligava por interesses econômicos, como freqüentemente, se uniam por laços familiares. Possuíam, no entanto, a propósito de algumas questões, uma perspectiva que lhes era própria, diversa da visão senhorial, que de resto procuravam imitar. Não importa que muitos proviessem de famílias tradicionais e que ou fôssem os filhos pródigos que abandonavam a proteção da Casa Grande para se lançarem nas incertezas da vida urbana, ou fôssem remanescentes de antigas estirpes que tinham empobrecido trazendo consigo o saudosismo do status perdido. As experiências de vida nas cidades eram muito diversas das zonas rurais e a geração que se urbanizava, abandonava insensivelmente muitos dos valores tradicionais <sup>(20)</sup>.

Não é fácil estabelecer os limites que separam as categorias urbanas das camadas rurais pois enquanto alguns elementos urbanos provinham das camadas senhoriais, outros assim que acumulavam pecúlio afazendavam-se, comprando terras, convertendo-se em fazendeiros e senhores de escravos. A intensa cir-

(19) Frequentemente se incorre no erro de confundir classes médias com profissões ditas liberais: direito, medicina, magistratura, engenharia, magistério, jornalismo esquecendo-se que as classes médias também pertencem muitas outras categorias profissionais tais como as ligadas às indústrias de transformação, a prestação de serviços, alojamento, alimentação, conservação e reparo, diversões e outras atividades remuneradas: comércio de mercadorias, transportes e comunicações, armazenagens, atividades sociais, assistência, beneficência, administração pública, comércio de imóveis e valores imobiliários, crédito, capitalização, seguros, defesa nacional e segurança pública, e que se definem não só pelo status que ocupam na sociedade como por sua situação econômica e pela consciência que tem de si mesmo, e pelo seu quadro de valor e padrões de comportamento, diferenciando-se dos demais grupos que constituem a sociedade.

(20) Sobre o papel das classes médias no movimento republicano veja-se Nícia Vilela Luz, *O papel das classes médias brasileiras no movimento republicano*, Revista de História, 57 (XVI)-13-28, janeiro-março 1964.  
Sobre conceito de classe social: Georges Gurvich, *El concepto de classes sociales de Marx a nuestros días*, 2.<sup>a</sup> ed., Buenos Aires, Galatea, 1960.

culação social existente dificulta a caracterização dos grupos que compunham a sociedade brasileira, mas nem por isso se pode desconhecer a existência de camadas urbanas cujo comportamento se diferencia das demais e cujos valores já não são exatamente os das camadas senhoriais. O comportamento daqueles grupos diante de problemas tais como a abolição, a eleição direta e finalmente a república revelam o caráter novo da sua posição (21).

Outro fenômeno importante que ocorre na época é o desenvolvimento das camadas urbanas mais pobres. Não é por acaso que a propaganda política sae dos teatros e dos salões de banquete, onde se confinara, para as ruas. Os comícios realizados por Lopes Trovão em praça pública no Rio de Janeiro são significativos dessa transição.

#### b) *Os grupos tradicionais*

As transformações econômicas afetam também os grupos tradicionais. Enquanto nas zonas pioneiras os fazendeiros introduzem nas fazendas métodos mais aperfeiçoados, substituindo o escravo pelo trabalhador livre, os fazendeiros das zonas mais antigas — atingidos pela decadência e ruína dos cafezais cuja produtividade diminuía consideravelmente, apegavam-se a formas tradicionais de produção e ao trabalho escravo (22).

Desde a década dos setenta, mas principalmente na dos oitenta, quando aumentaram as facilidades para utilização do tra-

(21) Analisando alguns casos individuais pode-se ter a impressão de que não existe uma consciência burguesa no país nesse período. Assim é que Andrade Figueira, advogado, defendia a lavoura e se filiava à perspectiva senhorial, enquanto outros como Nabuco, por exemplo, de família de fazendeiros, combateria por vezes, aquela posição. Entretanto tomada num sentido mais amplo, analisando-se a experiência de vida, as ligações de interesses de cada um e principalmente, observando o comportamento da maioria verifica-se que de fato existe o findar o Império uma camada urbana que nem sempre se identifica com a camada senhorial e que age muitas vezes contra os seus interesses. O caráter ambíguo da classe média brasileira foi notado principalmente por sociólogos americanos que habituados à ideologia de classe média americana, espantaram-se de encontrar no Brasil uma atitude negativa da classe média brasileira em relação a si mesma. Referindo-se já ao século XIX, Charles Wagley, por exemplo comenta que exceto no extremo sul do Brasil, onde existem numerosos imigrantes europeus, "não se poderá afirmar ter existido no Brasil uma classe média. Profissionais, liberais, militares, funcionários públicos, homens de negócios, comerciantes, proprietários rurais, cujo nível de educação e padrão de vida parecia indicar pertencerem a uma classe média e que a julgar pelas origens não se incluíam entre os elementos das famílias tradicionais, identificavam-se com os valores da "Classe Superior tradicional" (Charles Wagley, *A Revolução Brasileira*, Livraria Progresso Editora). É preciso entretanto lembrar que essa atitude que define a das classes médias brasileiras num certo período não a impediu de agir, muitas vezes, em contradição com os interesses senhoriais. O estudo do comportamento político e social das classes médias brasileiras ainda está por ser feito, e é sem dúvida uma chave importante para a compreensão do Brasil no século XX.

(22) Emilia Viotti da Costa, *Da Senzala à colônia*, S. Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966, pag. 497.

balhador livre estrangeiro, as lavouras do Vale do Paraíba estavam decadentes, e enfrentavam de maneira dramática o problema da substituição da mão de obra escrava. Cafezais que outrora haviam produzido cem, duzentas e até mais arrobas de café, beneficiado, por mil pés, não rendiam mais de que 50. A baixa produtividade condenava-as ao abandono e decrepitude. Em 1883 calculava-se que a dívida total da lavoura cafeeira no Império montava a trezentos mil contos recaindo a maior parte sobre as fazendas do Vale do Paraíba, onde 50% dos proprietários encontrava-se em situação deficitária e sem perspectivas de recuperação (23). A situação crítica em que se encontravam impedia-os de melhorar a produtividade. Não conseguiam acompanhar o nível salarial de outras áreas mais prósperas, por isso dificilmente conseguiam imigrantes. Apegavam-se ao trabalho escravo. Não podiam melhorar o sistema de produção porque não dispunham de capitais e não dispunham de capitais porque era baixa a produtividade de seus cafezais.

Profundas divergências dividiam os dois grupos no campo da política provincial. Em São Paulo os fazendeiros do oeste pretendiam estimular a imigração e a construção de ferrovias em sua região, os fazendeiros do Vale faziam-lhe oposição, acusando-os de confundirem os interesses particulares com os interesses provinciais onerando os cofres públicos. As divergências evidenciadas no plano local repercutiam no plano nacional.

Idêntica oposição entre setores progressistas e setores tradicionalistas verifica-se em outras áreas do país. Nas zonas açucareiras o fenômeno se repete, embora em escala mais modesta, em virtude do estado de crise que afetou, no decorrer do século XIX, a economia açucareira dificultando o processo de modernização da economia. Os proprietários de engenhos melhor situados conseguem introduzir aperfeiçoamentos no sistema de fabrico do açúcar equipando melhor os engenhos e ampliando sua capacidade de produção. A sua prosperidade contrasta com a ruína e a decadência dos banguês. Também no Rio Grande do Sul, observa-se o mesmo contraste entre o novo e o velho (24).

---

(23) Em 1854, a zona Norte (isto é o Vale do Paraíba), produziu 77,46% de café paulista. Em 1886, conseguiu produzir apenas 19,99%, do total produzido em S. Paulo. A zona Central, a Mogiana e a Paulista produziram 74,5% — Sérgio Milliet, *Roteiro do Café e outros ensaios*, S. Paulo, Coleção do Departamento de Cultura, vol. XX, págs. 19 e 20.

(24) Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e Escravidão*, S. Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961.

As contradições entre os vários grupos agravam-se com o passar do tempo a medida que se acentuam as diferenças entre os setores mais arcaicos, incapazes de modernização e as áreas mais progressistas.

O enfraquecimento dos grupos tradicionais que tinham sido o suporte da Monarquia durante todo o Império, abalou as bases do trono. A abolição representaria para êsses grupos um rude golpe. Enfraqueciam-se mais ainda as bases sociais, já debilitadas sôbre as quais se apoiava a Monarquia.

## 2. *As contradições do sistema e as novas aspirações*

### a) *O ideal de federação*

As transformações econômicas e sociais que se processam durante a segunda metade do século XIX acarretam o aparecimento de uma série de aspirações novas provocando numerosos conflitos. Os meios industriais pleiteavam uma política protectionista, nem sempre aprovada pela lavoura mais tradicional. Os fazendeiros do Oeste paulista almejavam uma política favorável a imigração. Já os senhores de engenho ou fazendeiros das áreas mais tradicionais, que ainda dispunham de numerosos escravos, eram contrários a essa orientação preferindo estimular a criação de núcleos coloniais. Alguns grupos urbanos comprometidos com o sistema escravista empenhavam-se na abolição e pleiteavam maior representação na vida política do país, exigindo a substituição do sistema de eleições indiretas que propiciava a preponderância dos grupos tradicionais pela eleição direta. Os setores interessados no desenvolvimento da imigração sentiam as dificuldades resultantes do fato de ser a religião católica declarada religião do Estado, e pleiteavam a separação entre Igreja e Estado. Havia ainda problemas decorrentes da penetração do capitalismo internacional em vários setores tais como rêdes ferroviárias, gás, iluminação de rua, instalação de Engenhos Centrais, criação de Bancos, Comércio de exportação e importação e outras atividades rendosas, que eram monopolizadas por estrangeiros. O crescimento da população urbana por sua vez gerava reivindicações novas referentes a instalação e ampliação da rêde de esgôtos, água, melhor iluminação, abastecimento de gás, linhas de bonde, etc. (25).

(25) *Revista Ilustrada*, 14 (540), 16 de março 1889. Veja-se ainda *Revista Ilustrada*, 17 de agosto 1882.

Face a tantas contradições a solução parecia estar no sistema federativo. A excessiva centralização que caracterizava a administração imperial desgostava uma parcela da opinião pública que considerava tal sistema um entrave ao desenvolvimento do país, e à solução dos problemas mais urgentes. A idéia federativa adquiria assim maior prestígio.

Não se tratava de uma idéia nova, apenas ganhava uma nova substância. Por ocasião da Independência era invocada em defesa da ordem tradicional e de antigos privilégios. Era expressão não só das diferenças regionais como da longa tradição descentralizadora que caracterizava a vida na colônia, onde cada região parecia entender-se melhor com o govêrno da metrópole do que com o Vice-Rei. Vencera, entretanto, o princípio unitário, favorecido pela conjuntura interna e internacional. O exemplo dos povos sul americanos que se tinham demonstrado incapazes de manter unido o antigo Império espanhol e que viviam ameaçados por agitação e lutas intestinas serviria de argumento àqueles que consideravam a monarquia unitária e centralizada a melhor solução para os problemas brasileiros.

A identificação entre poder político e econômico e a ausência de conflitos fundamentais entre os grupos dominantes favoreceu a sobrevivência desse regime durante longo período, até que as contradições e conflitos gerados pelas transformações que se processam na estrutura do país, e o desequilíbrio crescente entre poder econômico e político puzeram em xeque as soluções tradicionais dando nôvo vigor à idéia federativa, que de resto nunca chegou a desaparecer, figurando entre as reivindicações teóricas do partido liberal e no manifesto republicano de 1870 onde se lê: “O regime de federação baseado na Independência recíproca das Províncias, elevando-as à categoria de Estados próprios unicamente ligados pelo vínculo da nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses de representação e defesa exterior, é aquêlê que adotamos”.

A partir de então o ideal federativo ganhou maior número de adeptos. Em 1885, num célebre discurso proferido na Câmara dos Deputados, Nabuco assinalava a conveniência da monarquia levar a cabo a concretização do ideal que existia desde os tempos da Independência. Justificando a necessidade da Federação dizia que as grandes distâncias impediam uma administração eficaz. As diferenças regionais eram outro argumento a favor da idéia: tão diferentes se apresentavam os problemas do nordeste e do centro, os do sul discrepavam tanto das demais regiões que era impossível dar-lhes uma administração

uniforme. Era evidente que se impunha maior autonomia local. Interesses diferentes ditados pela diversidade regional, não comportavam administração homogênea, emanada de um centro distante, onde se desconheciam os problemas regionais (26).

A absorção crescente das províncias pelo Estado não consultava à prosperidade do país e a dívida pública avultava ano para ano, onerando as províncias. No seu entender, isso levaria fatalmente às idéias separatistas: “o grande perigo”, “o maior desastre” de que só a federação poderia nos afastar decisivamente. Firmada sob o Império que lhe tolheria os abusos e corrigiria os possíveis excessos, a federação levaria o país, com segurança, ao regime democrático e à república.

Apresentava nessa ocasião com a assinatura de trinta e oito deputados liberais um projeto propondo que os eleitores fôsem consultados e que lhes fôsem concedidos poderes especiais para na própria legislatura reformarem os artigos da Constituição necessários a transformação do país em federação. Propunha o projeto que se convertesse em artigo constitucional a seguinte proposição: “O Governo do Brasil é uma monarquia federativa em tudo o que não disser respeito à defesa externa e interna do Império, à sua representação no exterior, à arrecadação dos impostos gerais e às instituições necessárias para garantir e desenvolver a unidade nacional e proteger efetivamente os direitos constitucionais dos cidadãos brasileiros. Os governos provinciais serão completamente independentes do poder central”.

O projeto não chegou a ser transformado em lei e só com a República foi alcançado o seu desiderato.

A apreensão de Nabuco, quanto as possibilidades de se desenvolverem idéias separatistas no país, não era de todo infundada ao fazer essa afirmação pensava certamente em alguns pronunciamentos feitos em São Paulo, por políticos de prestígio.

O separatismo consubstanciava em São Paulo os anseios e aspirações das zonas progressistas.

---

(26) Não era muito diferente desta a argumentação usada sessenta anos antes pelos revolucionários pernambucanos. No jornal de Frei Caneca *Typhis* de 8 de julho de 1824, escrevia-se: “O Brasil tinha e tem tôdas as proporções para formar um estado federativo. A grandeza do seu território, as diversísimas riquezas do seu solo, os diversos caracteres dos povos que o habitam que formam outras tantas nações diferentes, quantas as suas províncias, a simplicidade dos seus costumes que os habitam para a prática das virtudes republicanas” (...), Obras políticas literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, Colecionada pelo Comendador Antonio Joaquim de Melo, 1ª ed., Tomo I, Recife, 1875.

b) *Contradições entre o poder político e poder econômico: Separatismo*

As idéias separatistas nasciam do profundo desequilíbrio entre o poder político e poder econômico que se observava nos fins do Império, oriundo do empobrecimento das áreas de onde provinham tradicionalmente os elementos que manipulavam o poder e concomitantemente desenvolvimento de outras áreas que não possuíam a devida representação no governo.

A prosperidade do Vale do Paraíba na primeira metade do século XIX devida à expansão cafeeira tinha dado origem à aristocracia dos barões do café que ao lado dos senhores de engenho representavam a parcela mais importante da sociedade, controlando a vida econômica, social e política da nação, direta ou indiretamente através de seus prepostos. Com o passar do tempo, entretanto, as oligarquias tiveram abaladas suas bases econômicas. A crise que atingiu a economia açucareira e o declínio de produtividade das fazendas de café do Vale do Paraíba enfraqueceram aqueles núcleos de poder. Enquanto isso, as fazendas de café do Oeste Paulista passavam a liderar a exportação. A partir de 1880, a região se converteu numa das áreas mais dinâmicas do país. Sua representação política, no entanto, era relativamente pequena.

Observando-se os quadros políticos do Império verifica-se que em 1889, entre os senadores, apenas três, num total de 59 provinham de São Paulo: o Barão de Souza Queiroz, nomeado em 1848, Joaquim Floriano de Godoi, nomeado em 1872 e finalmente Antonio da Silva Prado que se tornou senador em 1887. O número de senadores paulistas equivalia ao do Pará, enquanto Sergipe, Alagoas, Paraíba, tinham dois, Bahia, seis, Minas contava dez, Pernambuco seis e Rio de Janeiro cinco, São Paulo tinha na Câmara de Deputados uma bancada composta de nove deputados, enquanto Ceará dava 8 deputados, Pernambuco 13, Bahia 14, Município da Corte e Rio de Janeiro 12, Minas Gerais, 20. Analisando-se os componentes dos ministérios verifica-se igualmente que foram raros os representantes de São Paulo que figuraram como ministros. O mesmo se observa no Conselho de Estado onde predominavam representantes de outras regiões, principalmente do Vale do Paraíba, Minas, Bahia e Rio Grande do Sul (27). O que era mais grave é que até mes-

(27) *Organização e Programas Ministeriais. Regime Parlamentar no Império*, 2ª ed. Rio de Janeiro, 1962 (Ministério da Justiça, Negócios Interiores, Arquivo Nacional). Santanna Nery refere-se a 4 senadores por S. Paulo num total de 60 equivalentes ao Ceará, Pará, Maranhão 4, Rio Grande do Sul tendo 3, Minas 10, Rio de Janeiro 6, Bahia 7, Pernambuco 6. Santanna Nery, *Le Brasil en 1889*, Paris, 1889, pág. 202).

mo na presidência da província, obedecendo aliás a uma norma seguida na época, predominavam elementos oriundos de outras regiões.

De tudo isso resultava profundo descontentamento dos paulistas que se sentiam ao mesmo tempo orgulhosos de suas empresas, e prejudicados em seus interesses, e cerceados em suas iniciativas, pela excessiva centralização. A idéia de federação encontraria assim entre êles numerosos defensores. Os mais extremados chegariam a falar em separação. A maioria consideraria a República a solução ideal para êsses problemas.

Não seriam muitos nessa época, os adeptos das idéias separatistas. Certamente bem menos numerosos do que em 1932, quando os mesmos argumentos foram invocados para justificar a luta revolucionária que isolou São Paulo do país, mas a simples presença dessas idéias demonstra o quanto eram graves as tensões no período final do Império.

Em 1877, ao inaugurar-se a estrada de ferro São Paulo-Rio, Ferreira de Menezes, publica na Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro, um artigo transcrito na Província de São Paulo a 7 de julho comentando a atitude dos paulistas: — “O paulista, pela iniciativa é poeta, poeta do progresso, poeta prático. Seus versos são êstes: boas estradas, máquinas, navegação, lavoura, melhoramentos”. — “Ama-se a (a si próprio) e por isso é bairsta como nenhum povo. A seus olhos a primeira qualidade que pode por graça de Deus tocar a uma creatura é ser Paulista”. “O amor próprio do paulista alcança já o sonho de independência. Um país independente, o querido torrão, eis a idéia que sorri-lhes, dia e noite. Todos os anos, somam os paulistas o que receberam do govêrno geral e comparam com o que deram ao mesmo, ora como já dão mais do que recebem, em sendo como são homens positivos, poetas práticos, já murmuram: Porque não havemos de ser Independentes?” (28).

Eram as primeiras manifestações da “mística dos paulistas” e do espírito separatista que se converteram em mitos poderosos durante a Primeira República e que ainda hoje são cultivados por indivíduos que vivem presos ao passado.

Um dos principais advogados dos ideais separatistas foi Martim Francisco que desde 1879 lamentava na Assembléa Provincial “tanta riqueza mal barateada, uma província que só

(28) Cit. in Tacito de Almeida, *O movimento de 1887*, São Paulo, 1934, pg. 17.

por si poderia constituir um estado e que menos de dez anos de paz e de trabalho seria a primeira potência da America do Sul” e que no entanto “em virtude do desgoverno podia ter por horizonte a bancarrota e o descrédito.

Dois anos depois, em circular ao eleitorado paulista lembrava altivamente que prezava mais o título de paulista do que o nome de brasileiro. Em 1884 reclamava que a sua província não era levada em consideração pelo poder central: quando queremos progredir, dizia, “ostentam-se contra nós os anéis da engrenagem centralizadora, ocupam nossos emprêgos com gente estranha à nossa vida, aos nossos interesses e aos nossos meios de ação...”

Na ocasião, perguntando-lhe Lourenço de Albuquerque a que attribuia a infelicidade da província de São Paulo respondia: ao pouco valor de sua deputação. Cada deputado paulista representava no mínimo 1.500 eleitores enquanto cada deputado do norte representava no máximo 800.

Anos mais tarde, num artigo intitulado “Verdades Amargas” voltava ao assunto comentando que cada deputado provincial representava mais de quarenta e dois mil habitantes e que segundo esta proporção a província do Ceará não poderia ter dez deputados provinciais <sup>(28)</sup>. A população de São Paulo era de um milhão e quinhentas mil almas. Cada um dos nove deputados gerais paulistas representava mais de cento e sessenta e seis mil almas, isto é quasi o duplo da população do Espírito Santo que elegia dois deputados e quase três vezes a do Amazonas que elegia dois deputados. Por outro lado, feita por distritos a eleição senatorial, cada senador paulista representaria trezentas e setenta e cinco mil almas, isto é cinco vezes a população do Rio Grande do Norte.

Suas queixas não paravam aí. Tão grave quanto a exiguidade da representação paulista, parecia-lhe a má distribuição da renda arrecadada na província, que se evadia para os cofres do governo Geral. A Província de São Paulo, pagava ao governo geral cêrca de 20.000.000\$000 por ano, dêle recebendo apenas 3.000.000\$000. A injustiça era tanto mais flagrante quanto a Província de São Paulo contribuía com a sexta parte da renda total do Império. Só a alfândega de Santos, em três meses compensava tôda a despesa que o governo geral fazia com os paulistas durante o ano. A arrecadação das Câmaras Muni-

(28) Note-se que a província do Ceará elegeu 8 deputados.

país de São Paulo, era superior a média das rendas das províncias do norte do Império exceptuando-se Pernambuco, Baía, Pará, Alagoas e Maranhão e correspondia a quasi o quádruplo da renda provincial do Espírito Santo. A renda do município de São Paulo, excedia, segundo seus cálculos, ela sozinha, a renda da província do Piauí (30).

Os motivos pareciam-lhe suficientes para justificar a linguagem separatista que passou a usar definitivamente a partir de 1887, ora sob o pseudonismo de Nemo, ora assinando êle próprio seus artigos, fazendo cálculos, invocando estatísticas, insistindo na injustiça que vitimava São Paulo.

“ — Ando desconfiado dizia certa ocasião, que meus provincianos descendem em linha reta de Jesus Cristo. Êste pagou tôdas as culpas do gênero humano, aqueles, (os paulistas) pagam todos os desfalques do norte, e tôdas as conseqüências da incapacidade dos ministros”.

A ironia que extravasava em seus discursos atingiu o máximo numa divertida comédia que escreveu procurando demonstrar os males que resultavam da “ruinosa” associação: São Paulo-Brasil. Na peça a província de São Paulo aparece simbolizada no irmão rico, explorado por todos, que, ao final, resolve se separar da família sob os protestos e desmaios gerais dos demais personagens: Amazonas e Pará: “negociantes de borracha gêmeos”, Maranhão: “professor aposentado”, Ceará: “filante de refrescos”, Piauí: fazendeiro endividado”, Pernambuco: “Leão sem juba”, Paraíba: “ilustre desconhecida (usa vestido de cauda)”, Alagoas: “namorada do tesouro público”, Espírito Santo: “hoteleiro desempregado”, Rio de Janeiro: “velho feitor”, Município Neutro “Bilontra e Capoeira”, Paraná: “Trabalhador de braços atados”, Santa Catarina: “moça que promete”, Rio Grande do Sul: “Curatelato de farda”, Goiás: “inutilidade modesta”, Minas Gerais: “mulher séria e devota”, Baía: “mãe paralítica”, Mato Grosso: “Assalariado sem serviço”, e “Pai da tribo”, “magnífico recebedor”. facilmente identificável com o Governo Central. Os personagens acostumados a viver a custa de São Paulo não se conformam com a decisão de São Paulo,

(30) Comparando-se a Receita da Província de Minas Gerais com a de São Paulo, verifica-se que a primeira possuindo no Senado 20 deputados e 10 senadores — 1883 — tem uma receita de 1.932.628 enquanto São Paulo, cuja bancada era composta de 9 deputados e 4 senadores, possui uma receita de 9.164.757. Esse desequilíbrio se acentua nos últimos anos do Império com o desenvolvimento crescente da economia cafeeira no oeste paulista. A população de São Paulo foi a que mais cresceu em todo país entre 1872 e 1888 (55%) — Santanna Nery, op. cit.

“pagador geral do Império”, de abandonar a família para ir viver sozinho (31).

O ano de 1887 inaugura-se com uma série de artigos, panfletos e livros pregando o separatismo. As divergências surgidas a propósito da abolição da escravatura, as questões referentes à imigração, o desejo de dispor livremente das verbas arrecadadas na província, a impressão de progresso, tudo isso criava no oeste paulista uma situação propícia ao desenvolvimento do espírito separatista e o movimento recrudescia.

O jornal republicano “A Província de São Paulo”, iniciava a partir de 12 de fevereiro desse ano uma série de artigos de cunho separatista. Data também dessa época a publicação de obras que exibiam o sugestivo título de Pátria Paulista. Alberto Salles, irmão de Campos Salles, jornalista, republicano e positivista estudava em seu livro “A Pátria Paulista”, o problema da separação, à luz da biologia e da sociologia (32). “Já não é lícito mais duvidar: a aspiração separatista é uma realidade” escrevia aludindo ao número crescente de adesões à idéia separatista.

Mais ou menos na mesma ocasião J. F. de Barros numa obra também intitulada “A Pátria Paulista” (33) defendia ponto de vista semelhante: — “Quanto à nacionalidade, é escusado dizer que sou paulista, escrevia num tom desafiante, como político, sou republicano militante, separatista a todo transe, como cidadão tenho o gôzo de todos os direitos civis e políticos, como particular vivo independente do govêrno ou qualquer entidade, dos rendimentos de meus estabelecimentos industriais, onde dou a ganhar a mais de cinquenta homens livres”.

Sob o título de “*Cartas a Feps*”, pseudonimo de Pacheco e Silva, Fernando de Barros escreveu meses a fio, na “Província de São Paulo” pregando o separatismo. Certa ocasião comentou: — “Como não será bonito quando São Paulo puder mandar anunciar no Times ou no New York Herald e outros jornais do antigo e nôvo mundo o seguinte: A província de SÃO PAULO, tendo liquidado os seus negócios com a antiga firma BRASIL BRAGANTINO CORRUPÇÃO E CIA. declara que constitue-se em NAÇÃO INDEPENDENTE, com a sua firma individual. Promete em suas relações com outras nações manter a boa fé

(31) *Martim Francisco, São Paulo Independente, Propaganda Separatista, São Paulo, 1887.*

(32) *Alberto Salles, A Pátria Paulista, Campinas, Tip. da Gazeta, 1887.*

(33) *J. F. de Barros, A Pátria Paulista, São Paulo, Tip. da Província de São Paulo, 1887.*

em seus negócios, retidão altivez e dignidade, em vez de duplicidade, velhacarias e covardias da antiga firma...”

A partir de fevereiro Francisco Eugenio Pacheco e Silva, paulista de tradição, membro do partido Republicano desde 1870, pregava igualmente o separatismo comentando no Diário Popular, o colossal progresso que adviria se a província aplicasse tôda a sua renda em promover os melhoramentos materiais e difundir conhecimento úteis, elevando o nível intelectual e moral dos habitantes.

Pensamento semelhante exteriorizava em Campinas, Ubalino do Amaral. No Congresso do Partido Republicano, entretanto embora vários políticos falassem a favor do separatismo entre os quais Horacio de Carvalho, Campos Sales, Alberto Sales e Jesuino Cardoso a idéia não se impôs, contando com a oposição e a resistência de outros elementos igualmente importantes como Julio de Mesquita e Glicério (34).

Separação ou Federação, entendida com completa autonomia administrativa política e econômica é o dilema que se coloca a partir de então e que nem mesmo a República resolveu totalmente.

Visitando o país pouco tempo após a proclamação da República, um jornalista francês: Max Leclerc notava que os habitantes de São Paulo ainda diziam preferir a separação à uma república centralizada. Campos Salles, ministro da Justiça de Deodoro chegou a dissolver a comissão incumbida de elaborar o projeto do Código Civil por considerar essa uma atribuição do Estado e não da União. Perduravam ainda os exacerbados sentimentos de autonomia que tinham levado alguns dos paulistas a mencionar a possibilidade daquela Província se separar do Império.

Nem todos entretanto se manifestavam em 1889 de maneira tão radical e no próprio diretório do partido republicano acabou prevalecendo a idéia federativa. As vésperas da proclamação da república a solução republicana federativa aparecia aos olhos da maioria como a mais indicada, por recolher os conflitos sem por em risco a unidade nacional. A solução republicana acabou prevalecendo sobre as demais.

---

(34) G. Boehrer, *Da Monarquia a República*, op. cit. pg. 275 e seq. e José Maria dos Santos, *Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista subsidio para a História da Republica*, Rio de Janeiro, Liv. Ed. José Olympio, 1960.

### 3 O movimento republicano

#### a) O ideal republicano

O ideal republicano não era nôvo no país. Representava uma velha aspiração. No fim do período colonial significou a revolta contra a metrópole, a negação do estatuto colonial. Com a Independência passou a significar oposição ao Govêrno. A primeira fase poderia ser considerada a do republicanismo utópico, pois não havia prôpriamente uma ação organização, um partido republicano e muito menos um planejamento revolucionário.

A partir de 1870, a situação se modificará, quando as novas condições sociais e econômicas que se implantavam progressivamente no país conferiram-lhe nôvo prestígio. Foi assim que em 1870 no mesmo ano em que se instalava a Terceira República na França, criou-se o partido Republicano no Brasil.

A crise política que se originou em 1868 com a queda do Gabinete Zacarias foi o fator desencadeante. O partido Liberal, ao qual pertencia Zacarias, cindiu-se em duas alas: a dos radicais e a dos moderados. Os elementos que compõem a ala radical que então se forma, evoluem na sua maioria para a idéia republicana. Foi assim que surgiu o partido republicano do Rio de Janeiro, seguindo-se logo após a criação do núcleo de São Paulo. De 1870 até 1889 o partido republicano ampliou sua influência. Crearam-se clubes republicanos em várias regiões. Surgiram jornais republicanos por todo o país. Concentravam-se de preferência no sul. Fazendo uma análise da distribuição dos clubes e jornais republicanos existentes no país, as vésperas de 1889, Oliveira Viana demonstrou que 73% dos jornais e 89% dos clubes localizavam-se nas províncias do sul do país, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Na província de São Paulo o partido congregava não só representantes dos grupos urbanos: médicos, engenheiros, advogados, jornalistas, comerciantes, que constituíam em geral o núcleo mais importante do partido, em outras regiões do país, como também numerosos fazendeiros do Oeste Paulista.

Na Convenção Republicana realizada em Itu em 1873 havia 133 convencionais dos quais 76 se declaravam lavradores. O mesmo se poderia dizer dos subscritores do jornal A Província de São Paulo, órgão mais importante do Partido Re-

publicano Paulista, na sua maioria fazendeiros de Campinas e de Itú.

A preponderância de fazendeiros explica a orientação assumida pelo partido paulista evitando manifestar-se a propósito da emancipação dos escravos. Desde os primórdios os dirigentes fazem questão de frisar que o partido republicano nada tem a ver com a questão abolicionista não sendo de suas cogitações realizar a abolição (35). Isso apesar de haver em seus quadros líderes abolicionista do vulto de Luís Gama (36). Procurava-se, evitando a questão abolicionista, conservar as simpatias do meio rural que não obstante algumas experiências com o trabalho livre continuava, na sua maioria dependendo do trabalho escravo.

É de se notar a ausência quase completa dos fazendeiros do Vale do Paraíba nos quadros do Partido Republicano (37), e a preponderância dos elementos do Oeste Paulista, o que vem confirmar que para estes o ideal republicano era um instrumento na realização de suas aspirações de mando. Com a República esperavam controlar o poder de maneira mais eficaz.

A adesão de representantes do meio rural ao partido republicano contrariando a norma em geral observada de que as zonas rurais são mais rotineiras e conservadoras, enquanto as regiões urbanas são mais suscetíveis a idéias revolucionárias, encontraria aí sua explicação fundamental. Some-se ainda o fato dos fazendeiros do Oeste Paulista constituírem um grupo com características diversas da maioria dos fazendeiros de outras áreas. Representavam a zona pioneira que se convertera na região mais rica do país, cujo desenvolvimento econômico, favorecia o espírito de empresa, propiciando as inovações e as experiências e facilitando a adesão as idéias novas. O fazendeiro desta área distinguia-se pelo espírito progressista: procurava aperfeiçoar os métodos de beneficiamento do café, tentava substituir o escravo pelo imigrante, subscrevia capitais para ampliação da rede ferroviária e para a criação de organismos de crédito. Era um pioneiro, ativo e empreendedor.

A grande mobilidade social típica das regiões pioneiras torna difícil distinguir o homem da cidade, do homem do campo.

(35) Americo Brasiliense, *Os programas dos partidos e o Segundo Império*, pg. 106.

(36) José Maria dos Santos, *Os republicanos Paulistas e a Abolição*, São Paulo, Livraria Martins, 1943.

(37) Emília Costa Nogueira, *O movimento republicano em Itú. Os fazendeiros do Oeste Paulista e os Pródromos do movimento Republicano*, Notas prévias, Separata do n. 20 da *Revista de História*, 1954.

A oposição burguesia-aristocracia rural deixa as vezes de ter sentido nessas áreas. O que não sucede nas zonas de maior estratificação.

Para o Oeste Paulista afluía uma população das mais diversas origens e profissões, <sup>(38)</sup> freqüentemente sem qualquer tradição agrária. Existiam entre êles comerciantes, tropeiros, médicos, advogados, homens da cidade que se improvisaram fazendeiros levando todo o seu contexto mental para o campo.

A própria organização da propriedade cafeeira nesta região contribuía por sua vez para a formação de uma mentalidade mais urbana do que rural, vivendo o fazendeiro boa parte do ano na cidade.

Imbuída de caráter puramente comercial e monocultor, a cultura cafeeira eliminou no Oeste Paulista, os produtos de subsistência, tornando o campo mais dependente da cidade que se converte num centro vital para o abastecimento. Estreitamente as relações e os contactos entre a cidade e o campo, favorecendo a difusão de idéias e a troca de influências.

O caráter pioneiro <sup>(39)</sup>, a mobilidade social, a prosperidade crescente favoreciam a difusão das idéias novas, desde que elas significassem uma promessa de satisfação dos anseios dos novos grupos e a possibilidade de ampliar a ação e o domínio. A idéia Republicana oferecia essa perspectiva aos fazendeiros do Oeste Paulista que se sentiam lesados pelo Governo Imperial e que desejavam não só obter maior autonomia como imprimir à vida econômica e política da nação as suas próprias diretrizes.

Enquanto em São Paulo os fazendeiros formavam o núcleo mais importante do partido republicano, no Rio de Janeiro e nas demais províncias a grande maioria era constituída por representantes das camadas urbanas. Nos últimos anos do Império existia entre êles um grande número de simpatizantes das idéias republicanas, embora muitos não estivessem filiados ao partido.

A propaganda que se desenvolveu a partir de 1870 contribuiu para solapar as bases do sistema monárquico e preparar

(38) Sobre o caráter da zona pioneira — Pierre Mombeig, *Pionniers et Planteurs de São Paulo*, Paris, 1952.

(39) Num trabalho publicado em 1954, demos ênfase especial ao caráter pioneiro dessas regiões. Acreditávamos então que aí residia a principal explicação da adesão dos fazendeiros do Oeste Paulista à República. Uma análise mais profunda, entretanto veio nos revelar que êsse aspecto é menos significativo do que o desequilíbrio existente entre poder econômico e poder político, observado nos fins do Império. (Emília Costa Noqueira, *O movimento republicano em Itú. Os fazendeiros do Oeste Paulista e os pródomos do movimento republicano*, Notas prévias, op. cit.

a nação para aceitar tranquila a forma republicana de governo (40).

A partir de 1885 o movimento republicano recrudesciu. Em 1888 vários jornais converteram-se ao republicanismo. As adesões multiplicaram-se.

b) *Evolução ou Revolução*

Delineavam-se no partido duas tendências: a revolucionária e a evolucionista. Os adeptos da primeira preconizavam a revolução popular, os outros acreditavam que se chegaria à República pelo controle pacífico do poder, através da via eleitoral.

Silva Jardim e Quintino Bocayuva representavam respectivamente as duas posições (41).

Num congresso realizado em São Paulo, em maio de 1889 venceu oficialmente o ponto de vista representado pela ala evolucionista indicando-se Quintino Bocayuva para a chefia do Partido Nacional, fato que provocou crise no Partido. Violenta foi a reação de Silva Jardim que publicou um manifesto a 28 de maio de 1889, atacando duramente os elementos moderados do partido (42).

De pouco adiantou o seu protesto. A divergência quanto aos métodos a serem empregados para a conquista do poder parecia definitivamente resolvida com a vitória da facção pacifista. Pouco tempo depois, entretanto, se daria o golpe militar que derrubou a Monarquia.

c) *A solução Militarista*

A solução militarista que sempre se impõe nos países em que a massa não se acha suficientemente consciente da sua força revolucionária e dos objetivos a serem alcançados, surgiu em 1887, quando a chefia do partido começou a cogitar seriamente da possibilidade de recorrer ao exército para derrubar o regime e instalar a República.

(40) G. Bohrer, op. cit., pg. 291.

(41) José Maria dos Santos afirma que enquanto Bernardino de Campos se opunha a solução militarista, Quintino Bocayuva familiarizado com o caudilhismo dos países sul americanos a preconizava. (José Maria dos Santos, Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista. Subsídios para a História da República, Rio de Janeiro, José Olympio, 1960, pg. 40 e segs.).

(42) G. Bohrer, op. cit.

Em São Paulo, Campos Salles achava que os republicanos deviam aproveitar a questão militar. Sob tais circunstâncias, conforme escrevia a Saldanha Marinho, o partido não tardaria em destruir a Monarquia. Rangel Pestana alvitrava à Comissão Permanente do Partido que se entendesse com os militares a fim de realizar a revolução. Ao assistir ao Congresso Nacional do Partido realizado no Rio voltou a insistir na tese e não obstante a desaprovação da Comissão, entrou em contacto com elementos do exército entre os quais Sena Madureira, Serzedelo Correia, e o Visconde de Pelotas. A idéa também agradava a Glicério que em março de 1888 escreveu a Quintino Bocayuva insistindo para que êle se collocasse à frente de uma revolução militar. Americo Werneck um dos chefes da província do Rio de Janeiro achava também que o triunfo da revolução só poderia ser alcançado por meio das fôrças armadas (43). Na mesma época o alto comando republicano no Rio Grande declarava-se a favor da solução militar.

A questão militar era habilmente explorada pelos republicanos que não se cansavam de acirrar o ânimo dos militares contra o govêrno, assegurando-lhes ao mesmo tempo todo o apoio.

No Rio, o periódico "O Paíz", dirigido por Quintino Bocayuva fazia grande alarde em tôrno dos conflitos que indispunham exército e Govêrno.

A primeira conspiração deu-se em 1887, dois anos, portanto, antes da proclamação da República. Frustrou-se, segundo consta, em virtude da intervenção de Tomás Coelho, ministro da Guerra e amigo pessoal de Quintino. A segunda conspiração data de 1888 quando Silva Jardim entrou em contacto com Sena Madureira programando uma sublevação. Sena Madureira, ao que parece, não encontrou grande entusiasmo entre os principais chefes republicanos que continuavam hesitantes diante da idéa de um golpe militar.

Tudo, entretanto, levava a êsse desfecho. O rumo tomado pela questão militar e a impaciência de alguns líderes republicanos provocaram novos encontros entre os dois setores descontentes e dêsse contacto surgiria o golpe de 15 de novembro.

Na história da República não há apenas uma questão militar. Há várias questões militares que se iniciam nos fins do

---

(43) G. Boehrer e José Maria dos Santos, *op. cit.*

Império e prosseguem em nossos dias, manifestando-se durante todo esse longo período, através de uma série de crises com profunda repercussão no plano institucional, entre as quais a proclamação da República (44).

A primeira questão militar parece datar do fim da Guerra do Paraguai, agravando-se a medida que o exército se institucionaliza. As crises mais conhecidas: o episódio ocorrido durante o ministério Zacarias, a propósito da indicação de Caxias para a Chefia do Exército Brasileiro, e os conflitos que envolveram Sena Madureira e Cunha Matos, foram desencadeados por choques entre o poder militar e o poder civil.

Imbuídos de idéias positivistas e republicanas, difundidas na Escola Militar, principalmente em virtude da ação de Benjamin Constant, alguns jovens oficiais sentiam-se encarregados de uma missão salvadora e estavam ansiosos por corrigir os vícios da organização política e social do país.

A “mística da salvação nacional” não era aliás privativa deste pequeno grupo de jovens. Muitos oficiais mais graduados compartilhavam das mesmas idéias.

Generalizaram-se entre os militares a convicção de que só os homens de farda eram “puros” e “patriotas”, ao passo que os civis, “os casacas”, como diziam, eram corruptos, venais e sem nenhum sentimento patriótico (45). Derivava dessa crença a mentalidade salvadora que transparecia claramente numa célebre carta, muitas vezes citada, enviada por Floriano Peixoto, ao general Neiva, em 10 de julho de 1887, a propósito da questão militar em que dizia: “Vi a solução da questão de classe, excedeu, sem dúvida a expectativa de todos. Fato único que prova exuberantemente a podridão que vai por este pobre país e portanto a necessidade da ditadura militar, para expurgá-la. Como Liberal que sou não posso querer para meu país o governo da espada, mas não há quem desconheça e aí estão os exemplos, de que é ele que sabe purificar o sangue do corpo social que, como o nosso está corrompido”.

O estado de espírito manifesto nessas linhas tornava os militares acessíveis às confabulações e tramas contra o regime.

(44) Tobias Barreto, *Pesquisa, Depoimentos para a História*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1913.

José de Souza Soares, *O militarismo na República*, S. Paulo, Cia. Ed. Monteiro Lobato, 1925.

Ximeno de Villeroy, *Benjamin Constant e a política Republicana*, Rio de Janeiro, 1928.

(45) Oliveira Viana, *O Ocaso do Império*, S. Paulo, Ed. Melhoramentos, 1925.

Sentiam-se frustrados, mal recompensados, desprestigiados pelo Governo. Tudo favorecia a atitude de indisciplina e revolta. Pelotas, um dos chefes militares mais prestigiosos, confessava em 1886 que num efetivo de 13.500 homens tinham ocorrido 7.526 prisões por indisciplina.

Num país em que ainda eram escassas as oportunidades, o exército representava para as classes médias um meio de ascensão. O exército seria, sob certo aspecto, o representante das classes médias, mas envolvendo-se em questões políticas e sociais os militares não abandonavam nunca o espírito de corpo que é a base da organização militar. Porisso conflitos que entre civis seriam de somenos, pareciam, quando envolviam um civil e um militar, uma ameaça grave à segurança do país.

Os pronunciamentos militares não repercutiam como manifestos comuns. Levavam sempre a marca do exército. A participação dos militares na vida pública multiplicava as ocasiões de conflitos. Com isso a situação se agravava.

Não se pense que o exército agia coeso e unânime. Havia certamente entre os militares profundas divergências, mas a adesão de uma facção de oficiais, mais ou menos importante, às idéias republicanas foi decisiva para a proclamação da República.

Quando os civis procuraram os oficiais para tramar a conspiração e preparar o golpe, encontraram da parte deles a melhor acolhida, ligados que estavam uns e outros pelo mesmo imperativo: alterar as instituições vigentes.

O exército já manifestara apoio à causa abolicionista recusando-se a perseguir escravos fugidos. Restava proclamar a República. O clube militar foi, a partir de então, o principal núcleo da conspiração. A República nasceu assim sob o signo do exército.

#### d) *Tentativas de frear o Movimento*

As agitações que se sucediam no país, instigadas primeiramente pelo movimento abolicionista, depois pela propaganda republicana provocaram nos meios monarquistas sérias apreensões quanto aos destinos da monarquia no Brasil. Generalizava-se a impressão que a monarquia corria graves riscos e a república não tardaria em ser implantada. O terceiro Reinado parecia cada vez menos viável.

Em dezembro de 1888, Silva Jardim encontrando-se com o Barão de Cotegipe no Hotel das Paineiras procurou sondá-lo, e ouviu dele palavras proféticas: “Não se apresse a correr para ela que ela está correndo para nós. O meu ministério caiu por uma conspiração do Palácio, o meu sucessor sairá na ponta das baionetas e talvez com êle a monarquia. Os nossos ministérios duram pouco e portanto V. não terá muito que esperar” (46), disse o velho e experiente político.

Assumindo o ministério em julho de 1889 Ouro Preto tinha plena consciência dos riscos que enfrentava. Ao ser chamado pelo Imperador disse-lhe claramente:

“Vossa Magestade terá seguramente notado que em algumas províncias agita-se uma propaganda ativa cujos intúitos são a mudança da forma de Governo. Essa propaganda é precursora de grande males, porque tenta expor o País aos graves inconvenientes de instituições para que não está preparado, que não se conformam às suas condições (47) e não podem fazer sua felicidade. No meu humilde conceito é mister não desprezar essa torrente de idéias falsas e imprudentes cumprindo enfraquecê-la, inutilizá-la, não deixando que se avolume. Os meios de consegui-lo, não são os da violência ou repressão, consistem simplesmente na demonstração prática de que o atual sistema de Governo tem elasticidade bastante para admitir a consagração dos princípios mais adiantados, satisfazer tôdas as exigências da razão pública esclarecida, consolidar a liberdade e realizar a prosperidade e grandeza da pátria, sem perturbação da paz interna em que temos vivido durante tantos anos. Chegaremos a este resultado, senhor, empreendendo com ousadia e firmeza largas reformas na ordem política social e econômica, inspiradas na escola democrática. Reformas que não devem ser adiadas para não se tornarem improficuas. O que hoje bastará, amanhã talvez seja pouco”.

Iniciava assim um programa de reformas com o fito de neutralizar as críticas, realizando aspirações insatisfeitas.

(46) José Maria dos Santos, *Política Geral do Brasil*, op. cit. pg. 181.

(47) É curioso observar que êsse tipo de argumentação é sempre usado tôdas as vezes que se pretende deter as mudanças ou mascarar uma realidade. Apela-se para uma tradição fictícia. Esse era um dos argumentos preferidos pelos monarquistas. Nesse sentido há um texto muito expressivo publicado no jornal “A Província de Minas”, de 11 de Outubro de 1888, onde se lê: “Olvidando as lições do passado, a experiência das gerações, a força incontestável dos instintos, gênio, e costumes e tradições do povo brasileiro a atual propaganda republicana ergue a bandeira vermelha de guerra à monarquia por entre as vozerias de todos os despeitos, de tôdas as paixões exaltadas e de todos os clamores dos desesperados” (cit. in Olliam José. *A propaganda republicana em Minas*, Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1960).

Na sessão de 11 de junho apresentou à Câmara o seu programa, na realidade, uma extensão do programa liberal de 1869 (48).

Ampliação da representação, considerando-se como prova de renda legal o fato do cidadão saber ler e escrever desde que provasse o exercício de qualquer profissão lícita e estivesse no gozo dos direitos civis e políticos.

Plena autonomia dos municípios e províncias.

Eleição dos administradores municipais e nomeação dos presidentes e Vice Presidentes sob lista organizada pelo voto dos cidadãos alistados, mantendo-se o sistema de alistamento vigente.

Liberdade de culto.

Temporariedade do Senado.

Liberdade de Ensino e seu Aperfeiçoamento.

Máxima redução possível dos direitos de exportação.

Lei de Terras que facilitasse sua aquisição, respeitando os direitos dos proprietários.

Redução de fretes e desenvolvimento dos meios de rápida comunicação de acôrdo com um plano previamente assentado.

Animar e promover estabelecimentos de crédito.

Elaborar um Código Civil.

Conversão da dívida externa, amortização do papel moeda. Equilíbrio da receita pública com a despesa, pelo menos ordinária. Fundação de estabelecimentos de emissão e crédito, especialmente dedicados aos estímulos da produção.

Propunha ainda a reforma do Conselho de Estado, retirando-lhe o aspecto político e conservando apenas o caráter administrativo.

Ao ouvir as sugestões do presidente do Conselho, Pedro Luiz Soares de Souza, deputado pelo Rio de Janeiro, não pode reprimir uma exclamação que expressa certamente o espírito da maioria dos presentes:

“É o começo da República”, ao que, lhe respondeu Ouro Preto: “Não, é a inutilização da República” (9).

(48) Organização e Programas Ministeriais, op. cit. pg. 245.

(49) Ouro Preto era impopular e mais ainda o ministério, cujo número de pastas extra parlamentares era superior ao daquelas concedidas a representantes da Câmara e do Senado (Revista Ilustrada, 15 de junho 1889).

Ouro Preto partia da idéia da necessidade de fazer algumas reformas esperadas ansiosamente por importantes setores da nação, pois se não fôsem feitas dentro dos quadros do regime vigente, acabariam por se efetivar através de um movimento republicano. A melhor maneira de anulá-lo seria satisfazer suas reivindicações. Não ousava entretanto propor a federação.

As medidas que a uns pareceriam insuficientes, a outros assustariam por demasiado radicais. A Câmara, recuou diante das medidas sugeridas. O deputado conservador Gomes de Castro (Maranhão) logo após a apresentação do programa ministerial apresentou uma moção de desconfiança que foi aprovada por setenta e nove votos contra vinte, depois de acalorada discussão, durante a qual os deputados Cesário Alvim e Padre João Manuel fizeram profissão de fé republicana. O resultado da votação testemunhava a incapacidade dos grupos dominantes de aceitar a mudança e as reformas necessárias. Seria impossível realizá-las dentro dos quadros da Monarquia. Dias depois, a 17 de junho, era dissolvida a Câmara e convocada uma outra para reunir-se extraordinariamente a 20 de novembro do mesmo ano.

A oligarquia dominante dera provas de não dispor da maleabilidade suficiente para aceitar a mudança, o que de resto, é perfeitamente compreensível, porque levada às últimas consequências as reformas atingiriam suas próprias bases de domínio.

A mudança será imposta sob a forma de golpe militar, ficando entretanto contida dentro dos limites de interesses dos grupos que integram o movimento e que realizarão apenas as modificações institucionais necessárias a sua efetivação ao poder e à realização de uma política econômica e administrativa propícia aos seus interesses.

#### e) *O golpe de 15 de Novembro*

A partir da dissolução da Câmara a situação agravou-se. Ouro Preto tomou algumas medidas que desagradaram os militares e foram exploradas amplamente pelos republicanos.

Fervilhavam boatos por tôda parte a propósito de medidas severas que seriam tomadas contra o exército. Aproveitando-se do ambiente de inquietação, alguns elementos do partido republicano paulista e do Rio de Janeiro voltaram a insistir com os militares para que se colocassem a frente de um movi-

mento contra o Governo estabelecido. Benjamin Constant, Frederico Solon, Bernardo Vasques, tenentes Antonio Adolfo, Mena Barreto, Carlos de Alencar, Sebastião Barreto, Joaquim Ignacio, promovem intensa propaganda republicana nas fileiras do exército. Eram também francamente republicanos o major Antonio Rocha Bezerra de Cavalcanti, Celestino Alves Bastos e Antonio Batista da Costa Junior (50).

A 11 de novembro Rui Barbosa, Benjamin Constant, Aristides Lobo, Bocaiuva, Glicério e o coronel Solon reuniram-se em casa de Deodoro com o fito de convencê-lo a tomar partido. Mais uma vez, civis e militares conspiravam juntos contra o trono. A 15 de novembro de 1889 a monarquia era derrubada por golpe militar e proclamava-se a República (51).

O movimento resultou da conjugação de três forças: uma parcela do exército, fazendeiros do oeste paulista e representantes das classes médias urbanas que para a obtenção dos seus desígnios contaram indiretamente com o desprestígio da Monarquia e o enfraquecimento das oligarquias tradicionais. Momentaneamente unidas em torno do ideal republicano conservavam, entretanto, profundas divergências, que desde logo se evidenciaram na organização do novo regime, quando as contradições eclodiram em numerosos conflitos, abalando a estabilidade dos primeiros anos da República.

A debilidade das classes médias e do proletariado urbano propiciou a preponderância das oligarquias rurais até 1930.

O ano de 1889 não significou uma ruptura do processo histórico brasileiro. As condições de vida dos trabalhadores rurais continuaram as mesmas; permaneceram o sistema de produção e o caráter colonial da economia, a dependência em relação aos mercados e capitais estrangeiros.

O crescimento da população, o desenvolvimento industrial, a urbanização, a formação do proletariado e ampliação da classe média, a crise que atingiu a economia cafeeira, a crise internacional de 1929, as contradições entre os vários setores de produção e o aparecimento de novas ideologias propiciaram a revolução de 1930 que inaugurou um novo período na História do Brasil.

(50) A. Ximeno de Villeroy, *Benjamin Constant e a política Republicana*, Rio de Janeiro, 1928.

(51) É de notar que apenas uma minoria de republicanos achava-se a par do golpe. A maioria foi tomada de surpresa pelo golpe de 15 de novembro.